

# A ABORDAGEM INDIRETA COMO GRANDE ESTRATÉGIA: A GRÃ-BRETANHA NA GUERRA PENINSULAR (1808-1814)

João Vitor Tossini <sup>1</sup>

## RESUMO

---

Em 1793, a Grã-Bretanha, a principal potência naval europeia, entra em guerra com a França, um adversário que se caracterizava pela sua força militar terrestre. O presente trabalho visa explorar a estratégia empregada pela Grã-Bretanha durante os anos de conflito com a França Revolucionária e Napoleônica, com enfoque para a Guerra Peninsular (1808-1814). O argumento central baseia-se no entendimento de que o envolvimento da Grã-Bretanha na Guerra Peninsular pode ser empregado como um dos principais exemplos empíricos da Abordagem Indireta no âmbito da grande estratégia e não apenas no campo tático, além de identificar a Abordagem Indireta como preferencial aos Estados que possuem maior fraqueza relativa em determinado campo militar. Assim, o presente trabalho diverge da literatura ao destacar que o envolvimento da Grã-Bretanha possui centralidade na identificação da Guerra Peninsular como uma campanha indireta. Assim, é analisada a condução da guerra por parte de um Estado com maior fraqueza relativa, sustentando que a Abordagem Indireta pode ser considerada como aplicável ao caso britânico. Logo, será analisada a abordagem estratégica britânica, sua intervenção na Península Ibérica e a relevância do conflito peninsular na derrota do Império Napoleônico.

**Palavras-chave:** Abordagem Indireta. Grã-Bretanha. Guerra Peninsular. Guerras Napoleônicas.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: vitor.tossini@unesp.br / Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9844-4675>

## INTRODUÇÃO

As Guerras Revolucionárias Francesas (1792-1802) e as subsequentes Guerras Napoleônicas (1803-1815) geralmente são classificadas como a parte final de uma longa série de conflitos entre a França e a Grã-Bretanha, a primeira representando o poder militar terrestre e a segunda o poder naval (KENNEDY, 1991; PAGE, 2015). Além disso, essas guerras podem ser vistas como o enfrentamento entre uma nação detentora de um sistema de crédito e financiamento público moderno e com uma indústria têxtil em ascensão contra outra impulsionada pela Revolução e pelo gênio militar de Napoleão Bonaparte (PARET, 1986).

Envolvendo todas as grandes potências europeias e suas possessões além-mar, a guerra iniciada em 1792 possuiria diversos teatros de conflitos entre os beligerantes. Ainda assim, o principal palco de confrontações entre a França as potências aliadas à Grã-Bretanha, como o Império Austríaco e o Reino da Prússia, ocorreria na Europa Central e do Leste. Dentre as campanhas que podem ser consideradas como secundárias – com menor relevância para o alcance dos objetivos políticos buscados pelas partes beligerantes – encontram-se as diversas ações da Marinha Britânica (Royal Navy) contra os portos e colônias francesas, a campanha de Napoleão no Egito e a Guerra Peninsular. Devido ao seu modesto exército e sua enorme esquadra, o papel da Grã-Bretanha nos anos iniciais de conflito contra a França seria restringido grandemente ao poder naval, isolando a metrópole francesa de suas colônias e realizando pequenas operações anfíbias nessas possessões e ao longo do litoral europeu (LAWRENCE, 2013; KENNEDY, 1991; KNIGHT, 2013).

A perene estratégia britânica de envolvimento terrestre limitado na Europa continental seria posteriormente analisada por Liddell Hart (1967) como um exemplo da “Abordagem Indireta”, na qual busca-se explorar as fraquezas do inimigo e, gradativamente, pender a balança do conflito ao seu favor. Em adição, o envolvimento da Grã-Bretanha nesses conflitos, está inserido no tradicional interesse britânico em manter o “equilíbrio de poder” entre as potências europeias, evitando o surgimento de Estados capazes de ameaçar a segurança das Ilhas Britânicas. Assim, a Abordagem Indireta está diretamente inserida como um exercício desse modo britânico de fazer a guerra, o chamado “Compromisso Continental” (CONWAY, 2011).

No caso da Guerra Peninsular, o foco central da análise de Liddell Hart foi a atuação das forças irregulares espanholas contra os franceses. Apesar de reconhecer o papel da intervenção britânica em estimular a resistência local, o posicionamento do autor sobre a questão apresenta-se dividido. A ambivalência de Liddell Hart ocorre por meio da sua associação positiva das “grandes manobras estratégicas” dos militares britânicos na Guerra Peninsular com a Abordagem Indireta, enquanto que apresenta ressalvas em relação ao envio de números significativos de tropas ao continente, ainda que em um teatro secundário (HART, 1942; 1967; 2011). Nesse contexto, há a ênfase dada às guerrilhas para a existência de uma Abordagem Indireta na península (HART, 1967; 2011), ignorando as relações desta força irregular com a presença militar britânica nesse teatro de guerra, essenciais para o avanço das atividades das forças de guerrilha espanholas (WITT, 2019). Ademais, enfatiza as ações e os feitos táticos de militares, como Arthur Wellesley, posteriormente conhecido como Duque de Wellington, dentre outros.

Dessa forma, historiadores militares evitaram indicar esse teatro do conflito napoleônico como parte de uma grande estratégia indireta britânica, ainda que as interpretações levem a conclusões similares às de Liddell Hart sobre o papel de uma estratégia indireta (CHANDLER, 1979; 1989; 1994; GATES; 2002; GLOVER, 2001; HORWARD, 1978). Assim, argumenta-se que o envolvimento da Grã-Bretanha na Guerra Peninsular (1808-1814) foi marcado pela implementação de uma “Abordagem Indireta” não reservada apenas às decisões táticas de seus oficiais no campos de batalha, mas em nível da condução estratégica da guerra contra a França Napoleônica. Em suma, defende-se que a participação da Grã-Bretanha no conflito peninsular foi a execução de uma Abordagem Indireta como uma grande estratégia de guerra, independentemente da condução estratégica da guerra na Península Ibérica. Destaca-se que o “campo tático” representa as ações e a condução das forças por parte dos militares no campo de batalha.

A partir do referencial empírico, ou seja, da análise dos dados históricos, torna-se possível concluir que o emprego da Abordagem Indireta na Guerra Peninsular foi o meio com o qual a principal potência naval do período buscou contribuir contra um oponente centrado em capacidades terrestres. Independentemente do crescimento das capacidades militares britânicas na Península a partir de 1810, o conflito serviu ao propósito de dividir e desgastar as forças napoleônicas, atingindo o inimigo em um

ponto de fraqueza relativa, características que Liddell Hart (1967; 2011) utiliza em sua formalização da Abordagem Indireta. Logo, essa estratégia pode ser concebida como uma forma de condução de conflitos, não se limitando aos campos operacional e tático. Neste ponto, destaca-se que o conceito de “grande estratégia” é entendido como a política que “coordena e direciona todos os recursos de uma nação, ou grupo de nações, em direção ao alcance do objeto político da guerra – o objetivo definido pela política”<sup>2</sup> (HART, 1967, p. 322, tradução nossa). Em suma, a grande estratégia é responsável pela organização dos meios e dos recursos para alcançar os objetivos estabelecidos pelo centro decisório de um Estado em períodos de guerra.

Com isso, a Abordagem Indireta é considerada como uma grande estratégia que foi e pode ser empregada por Estados que se encontram com menor poder relativo perante seus adversários, evitando altos custos humanos na busca pela vitória. As transformações no meio militar desde o período analisado neste trabalho resultam grandemente em alterações de interpretação dos aspectos táticos, sendo mantido o arco principal dos postulados de Liddell Hart, e dos demais que expandiram ou precederam este autor (HART, 2011; MEILINGER, 2017). Seguindo autores como Kissinger (1960) e Heilbrunn (1965), Liddell Hart (1982; 2011) entende que o advento de armamentos de destruição em massa e a possibilidade de guerra nuclear não significariam o fim de conflitos convencionais. A ameaça nuclear teria como consequência o fortalecimento da Abordagem Indireta, pois os Estados, visando evitar a intensificação do conflito para o campo nuclear, optariam por objetivos limitados e ações indiretas para enfraquecer o inimigo (HART, 2011). A Estratégia da Abordagem Indireta permaneceria como um meio relevante para a condução de guerras convencionais, de conflitos contra ou com a utilização de forças irregulares e de guerras que envolvam potências nucleares.

A análise bibliográfica do referencial empírico foi empregada em conjunto com o método histórico-dedutivo, sendo a análise do objeto empírico – a Grã-Bretanha na Guerra Peninsular – realizada especialmente a partir de fontes secundárias. Além desta introdução, o presente trabalho apresenta-se dividido em quatro partes. A primeira delas analisa a Estratégia da Abordagem Indireta de Liddell Hart, explorando seus referenciais teóricos e empíricos, suas características e propósito no âmbito

---

<sup>2</sup> “[...] to co-ordinate and direct all the resources of a nation, or band of nations, towards the attainment of the political object of the war – the goal defined by fundamental policy.”

da condução dos conflitos militares. Adicionalmente, são abordadas as concepções estratégicas que influenciaram ou foram influenciadas pela Abordagem Indireta. Em seguida, na segunda e terceira partes, apresenta-se a análise do referencial empírico deste trabalho, tratando primeiramente do período prévio ao envolvimento terrestre da Grã-Bretanha na Guerra Peninsular, visando demonstrar a limitação de recursos desse Estado no meio terrestre e como a Abordagem Indireta esteve presente nesse período. Na terceira parte, o envolvimento terrestre britânico na Península Ibérica é focado ao passo que se busca contextualizar essa atuação no âmbito das Guerras Napoleônicas. Por fim, apresenta-se as conclusões finais do presente trabalho.

## A ESTRATÉGIA DA ABORDAGEM INDIRETA

As considerações de Sun Tzu sobre abordagens indiretas no campo militar possuem pontos que influenciaram Sir Basil H. Liddell Hart na elaboração formal de seu conceito de Abordagem Indireta. Sun Tzu destaca a necessidade de os exércitos agirem em momentos e locais em que sua presença seja menos aguardada, alcançando vitórias preferencialmente sem enfrentar a força central do inimigo. A moderação deveria prevalecer antes do ataque, sendo que os generais deveriam desgastar as forças adversárias antes do enfrentamento. Além disso, aponta para a potencialidade de ações indiretas externas ao nível tático para a obtenção da vitória na guerra. Neste ponto, Sun Tzu indica que a estratégia adotada deve ser empregada visando “subverter” o inimigo, o que inclui fragilizar a determinação pela luta e enfraquecer o apoio popular dos líderes adversários. Assim, a guerra poderia ser vencida sem o combate direto (SUN-ZI, 2001).

Dessa forma, ao elaborar formalmente o conceito de Abordagem Indireta durante as duas décadas após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Liddell Hart possuía grande influência do pensador chinês da Dinastia Chou (DANCHEV, 1999). Em adição, o contexto histórico do autor britânico possui influência significativa em seus trabalhos. Nesse período os Estados beligerantes da Primeira Guerra emergiam de um conflito marcado pelo alto custo em vidas humanas. Logo, Liddell Hart buscou na história militar europeia exemplos que auxiliassem na esquematização de uma estratégia que evitasse a repetição das custosas batalhas dos anos 1914 a 1918 ao passo que possibilitasse a vitória em guerras vindouras

(HART, 1982). Simultaneamente, o historiador e militar britânico visava uma alternativa ao que entendia como interpretação ultrapassada dos escritos de Carl von Clausewitz que levou a adoção de doutrinas militares que privilegiavam a confrontação direta, contribuindo para as expressivas perdas humanas no conflito e ineficiência na condução da guerra. Ademais, descartava a centralidade de “vitórias decisivas” no nível tático, pois considerava que os custos poderiam tornar essas conquistas em vitórias pírricas (HART, 1942; 1982). Do mesmo modo, divergia da concepção de Antoine-Henri Jomini (1992), influenciada pelas Guerras Napoleônicas, sobre concentração de uma força de combate superior ao inimigo em um ponto específico do teatro de operações ou do campo de batalha para efetuar um “golpe decisivo” contra o inimigo.

A Estratégia da Abordagem Indireta se colocaria como útil especialmente em casos em que o centro decisório beligerante percebe que “o adversário possui superioridade de meios, seja num teatro de guerra ou de operações” (HART, 1982, p. 404). Nesse sentido, os centros decisórios atribuiriam para suas forças militares determinados objetivos temporariamente limitados “até que ações desenvolvidas no campo da política exterior lhe permitam obter novos aliados ou lhe deem tempo suficiente para transferir tropas de outras áreas, de modo que passe a possuir os meios necessários para se lançar à conquista de seus verdadeiros objetivos” (HART, 1982, p. 404-405).

Assim, a Abordagem Indireta seria definida por Liddell Hart (1967) como uma estratégia que visa engajar militarmente o inimigo nas áreas em que se entende que ocorrerá a menor resistência, visto que essas são os pontos em que o adversário encontra-se com maior despreparo relativo. Em outras palavras, a Abordagem Indireta seria a concepção estratégica voltada para a exploração das fraquezas do inimigo, realizando golpes em pontos mais vulneráveis e desgastando o equilíbrio das forças adversárias. Dessa forma, o aspecto “indireto” dessa estratégia ocorre em relação aos pontos centrais da força do opositor e não em evitar a confrontação militar. Logo, gradativamente o “equilíbrio” das capacidades se alteraria em favor daquele que evita confrontações diretas com as principais capacidades adversárias. O curso da guerra poderia ser alterado pela sucessão de situações – batalhas e disposição de forças – favoráveis. Contudo, a partir do momento em que a balança militar é favorável a confrontação “direta”, isto é contra a principal composição do inimigo, seria possível e recomendada. Neste ponto, é válido destacar que aspectos indicados por

Sun Tzu, como a coleta de inteligência sobre o inimigo e a necessidade de conhecer as próprias fraquezas, são essenciais para a aplicação da Abordagem Indireta, pois sem esse conhecimento seria improvável a identificação dos pontos frágeis dos opositores (HART, 1967; 1982).

Objetivando sustentar a utilidade dessa abordagem, Liddell Hart voltou-se para a análise histórica de 280 batalhas e campanhas militares datando desde as guerras do Império Romano. Os seus resultados empíricos indicaram que a grande maioria das campanhas e batalhas que adotaram alguma forma de abordagem indireta obtiveram vitória (HART, 1967). A análise realizada pelo autor permeia diferentes níveis da guerra, por vezes indicando a Abordagem Indireta como a execução de grandes estratégias ou de decisões no nível tático, como Napoleão na batalha de Austerlitz. Similarmente, possuindo maior base teórica em Sun Tzu, Bevin Alexander (2011) realiza um esforço sobre a utilidade de estratégias indiretas. Analisando campanhas militares e batalhas entre o fim do século XVIII e meados do XX, Alexander estabelece conclusões que se aproximam ao postulado de Liddell Hart: a confrontação indireta, buscando surpreender o inimigo e atacá-lo em suas áreas de maior fraqueza relativa, possui resultados mais favoráveis do que a confrontação direta (ALEXANDER, 2011).

Dessa forma, destaca-se que essa concepção pode ser aplicada em escalas variadas, desde apenas uma batalha, liderada por oficiais militares, até a condução estratégica da guerra, conduzida pelas lideranças políticas do Estado. Contudo, essa variação de níveis e seleção analítica dos casos históricos resultou em questionamentos dos métodos utilizados por Liddell Hart e, conseqüentemente, se a Abordagem Indireta teria a mesma preponderância no curso dos conflitos como postulado pelo historiador britânico (MEILINGER, 2017). A partir disso surge uma das motivações desse trabalho: analisar no âmbito da grande estratégia se um dos principais casos empíricos utilizados por Liddell Hart na defesa da Abordagem Indireta, o envolvimento da Grã-Bretanha na Guerra Peninsular (1808-1814), adequa-se aos seus postulados.

Similarmente ao proposto por Liddell Hart, John F. C. Fuller (1944) delineou a “Estratégia da Segunda Frente de Combate” (*Strategy of the Second Front*), que consistia em não confrontar o inimigo no teatro principal de suas operações. Fuller defendia a adoção de uma estratégia que abrisse uma nova frente de combate, visando distrair e forçar o opositor a dividir sua atenção e capacidades militares. A “Segunda Frente de Combate” não

superaria em intensidade e relevância os embates do teatro principal da guerra, mas teria papel em enfraquecer o inimigo ao passo que reduz os riscos e os custos para o país que a emprega. Assim como Liddell Hart, a concepção estratégica de Fuller visava evitar a repetição dos altos custos humanos da Primeira Guerra ao passo que resgatava exemplos históricos sobre a utilidade da Segunda Frente (FULLER, 1944; MEILINGER, 2017).

Lawrence Freedman (2013), por sua vez, define a estratégia indireta como o emprego da força militar contra determinadas fraquezas do inimigo, sendo elaborada para fortalecer a posição relativa daquele que a emprega. Assim, apresenta-se uma concepção significativamente similar ao proposto por meio da Abordagem Indireta. Por sua vez, Robert Leonhard (1991) buscou resgatar a integração da Abordagem Indireta a discussões da teoria de manobra (*theory of maneuver*). Os pontos gerais elencados por Leonhard incluem recusar ao inimigo a oportunidade de empregar sua força de forma ideal e explorar e atacar as vulnerabilidades do adversário. A agilidade das forças militares utilizadas nessas concepções seriam centrais, deixando a Abordagem Indireta como secundária e uma “ferramenta” da doutrina da manobra. Em suma, as definições de Freedman (2013) e Leonhard (1991) são influenciadas especialmente pelos postulados de Liddell Hart e Sun Tzu. No caso de Leonhard, há maior ênfase em aspectos táticos, como o emprego da abordagem por forças que seguem a doutrina de manobra, na qual Abordagem Indireta encontra-se grandemente associada (HAGELKVIST, 2015; LEONHARD, 1991; MEILINGER, 2017). Neste caso, Liddell Hart (1967; 2011) destaca a relevância da mobilidade, contudo, esta capacidade seria apenas uma característica da Abordagem Indireta, estando associada ao aspecto do elemento surpresa ao deslocamento de forças nos pontos de fraqueza relativa do adversário.

No âmbito do advento das armas de destruição em massa, Liddell Hart (2011) defende a contínua validade da estratégia indireta, destacando que esta é elaborada visando objetivos limitados, o que reduziria a possibilidade de agravamento dos riscos entre os envolvidos, especialmente se estes forem Estados nuclearizados. Nessa linha, Heilbrunn (1965) destaca que na eventualidade de uma guerra entre potências nucleares, as forças convencionais ainda possuiriam papel significativo, realizando a maior parcela dos esforços para o alcance dos objetivos de cada unidade política. Em adição, o papel desempenhado por essas forças seria permeado por alta mobilidade, sem frente de batalha fixa, focadas em



áreas de maior vulnerabilidade do adversário e espalhadas em diversas regiões objetivando explorar focos de fraqueza relativa (HEILBRUNN, 1965). Dessa forma, a proposição se assemelha aos postulados de Liddell Hart sobre a Abordagem Indireta.

Por fim, além da busca pela preservação de recursos humanos e materiais, a concepção possui outro aspecto significativo. A Abordagem apresenta-se como uma orientação estratégica para as partes com menor poder relativo em um conflito militar ao estabelecer princípios como o evitamento de confrontações diretas, enquanto que, gradativamente, o desequilíbrio é reduzido com sucessivas campanhas indiretas e pela expansão das próprias capacidades convencionais. Adicionalmente, apesar de estabelecer apenas princípios básicos para conflitos militares, por meio da Abordagem Indireta os Estados teriam uma ampla orientação estratégica que somente necessitaria de adaptações para as demandas específicas de cada conflito. Todavia, Liddell Hart deixaria de explorar como essas adaptações deveriam ou poderiam ser realizadas, os líderes nacionais não teriam em sua obra uma esquematização da adaptação dessa abordagem. Logo, essa estratégia deve ser compreendida como uma orientação ou direcionamento básico de ação, seja no âmbito da grande estratégia ou no campo tático-operacional (DANCHEV, 1998; HAGELKVIST, 2015).

A história militar da Grã-Bretanha seria abundante em exemplos de estratégias indiretas, em especial pelas limitações do país no âmbito terrestre (HART, 1967). Dessa forma, a Abordagem Indireta seria empregada em diferentes proporções pelos britânicos em conflitos contra potências continentais europeias, como a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e as Guerras Revolucionárias e Napoleônicas (1792-1815) (HART, 1933). O papel estratégico-militar do poder naval receberia centralidade nas considerações de Londres, possibilitando a manutenção da segurança nacional, mas o envolvimento terrestre seria necessário para avançar os ganhos possibilitados pela preponderância britânica nos oceanos em conflitos envolvendo outras potências militares (KENNEDY, 1987; 1991).

## **AS LIMITAÇÕES MILITARES DA GRÃ-BRETANHA (1793-1808)**

As Guerras Revolucionárias e Napoleônicas divergiam dos demais conflitos anglo-franceses do século XVIII, seja em escala de

forças ou em objetivos por parte dos dois principais beligerantes. Com a execução do monarca francês, Louis XVI, em 1793, a guerra se tornou uma competição entre duas ideologias: a “conservadora” e monarquista britânica e a “radical” e republicana francesa (JAMES; 2013; KNIGHT, 2013). Os sucessos militares terrestres da França Revolucionária e Napoleônica contra as monarquias continentais subsidiadas por Londres, demonstrou que a supremacia da Royal Navy nos oceanos e o auxílio econômico não seriam suficientes para a obtenção dos objetivos britânicos e de seus aliados, que incluíam o retorno da monarquia na França (KENNEDY, 1991) e da balança de poder no continente (FORTMANN; PAUL; WIRTZ, 2004), afetada pelas ambições crescentes de Napoleão. Durante o período foram formadas sete coalizões contra a França Revolucionária e Napoleônica. Os britânicos seriam os únicos a continuarem como membros beligerantes durante toda a existência de cada coalizão antifrancesa até a vitória final da Sétima Coalizão na batalha de Waterloo em junho de 1815 (JAMES, 2013; SALAVRAKOS, 2017).

Durante os primeiros anos de conflitos, Londres buscou oportunidades para intervir nas regiões em que os franceses estivessem mais fragilizados. Dessa forma, em 1793, a Grã-Bretanha adota uma política tradicional, atacando colônias e bloqueando portos franceses. Em 1800, o comércio francês com a Ásia, América e África havia declinado para níveis irrisórios, se comparados ao da Grã-Bretanha, e levaria anos para se recuperar após o fim do conflito (KENNEDY, 1991). Contudo, durante a primeira década de guerra (1793-1803), o país era uma potência com limitações de ação militar no Continente. As “obrigações imperiais” de Londres, isto é, a manutenção de contingentes terrestres para a defesa das possessões além-mar retinham aproximadamente 25% do Exército Britânico que, devido ao enfoque nacional na Royal Navy, se apresentava como uma força extremamente pequena se comparada às demais potências europeias (HICKS, 2005).

Como resultado, no transcorrer das ações iniciais das hostilidades, o Governo Britânico era incapaz de manter uma força terrestre superior a 40 mil soldados para combater a França Revolucionária e, posteriormente, Napoleão no continente europeu (HICKS, 2005). Comparativamente, em 1803-1804 apenas a principal força terrestre da França – *Grande Armée* – era mais de dez vezes maior que toda a força do Exército Britânico disponível para operações na Europa e seguiria um processo de expansão até 1812, quando ocorre a fracassada invasão francesa do Império Russo (ELTING,

1997). Ademais, contrariando as tendências de seus aliados continentais de modernização de táticas e aprimoramento das instituições das forças terrestres iniciadas devido ao longo período de hostilidades contra a França, o Exército Britânico permanecia essencialmente uma força aristocrática do século XVIII. Isso ocorreu devido às suas operações de campo serem restritas, ao seu tamanho diminuto e à sua posição secundária e de dependência em relação à Royal Navy (PARET, 1986). Considerando esses fatores, a estratégia continental de Londres era a busca por alianças e fornecer apoio financeiro para as nações continentais visando compensar a sua ausência no meio terrestre (HICKS, 2005).

A magnitude do patrocínio britânico aos seus aliados pode ser identificada em 1813. Dentre os acordos firmados entre a Grã-Bretanha e aliados, os fundos destinados ao Reino da Prússia e ao Império Russo custeavam uma força de aproximadamente 300 mil militares (SHERWIG, 1969, p. 291). No ano seguinte, em 1814, o orçamento destinado ao apoio de membros da Sexta Coalizão era similar ao reservado para a manutenção da Royal Navy, a maior esquadra de guerra do período (KNIGHT, 2013; WATSON, 1960). Logo, os exércitos que derrotaram Napoleão na Batalha de Leipzig e posteriormente marcharam em Paris eram tropas grandemente subsidiadas pela Grã-Bretanha, demonstrando que a Abordagem Indireta possui ramificações para outros teatros do conflito, além da Guerra Peninsular.

Enquanto os aliados de Londres se beneficiavam de volumosos auxílios para o financiamento de suas capacidades bélicas (KENNEDY, 1987), a Grã-Bretanha direcionava mais recursos para a manutenção de seu poder naval e o gradual crescimento de seu exército. No início do conflito, o sistema financeiro britânico, juntamente com os primeiros efeitos da Revolução Industrial do país, permitiam a geração de recursos significativos para a manutenção de uma preponderância confortável nos oceanos e do financiamento de aliados continentais. Contudo, o temor de uma invasão das Ilhas Britânicas permeou as considerações do governo em Londres entre os anos 1799 e 1805. Quando a Royal Navy obtém a principal de uma série de vitórias navais na Batalha de Trafalgar<sup>3</sup> contra a esquadra franco-espanhola, o perigo de invasão é dissipado e a Grã-Bretanha

---

<sup>3</sup> Outras batalhas que auxiliaram na consolidação dessa supremacia naval foram: Batalha do Cabo São Vicente (1793), Batalha do Glorioso Primeiro de Junho (1794), Batalha do Nilo (1798) e Batalha de Copenhague (1801).

alcança maior liberdade estratégica no conflito (CAIN; HOPKINS, 2016; MCCRANIE, 2016).

Apesar de garantir a soberania da Grã-Bretanha, o poder naval do país possuía uma clara limitação, exposta conforme a guerra avançava e reforçando a necessidade de uma Abordagem Indireta. O principal rival, a França Napoleônica, se colocava – após 1805 – como uma ameaça terrestre sem riscos imediatos para existência do centro decisório britânico. Apesar disso, a França continuava a ser um adversário superior aos aliados britânicos no continente (CHANDLER, 1994; ELTING, 1997; KENNEDY, 1991). No mesmo ano da grande vitória naval britânica em Trafalgar, Napoleão consegue atingir um de seus maiores sucessos no campo de batalha em Austerlitz que colocou fim à Terceira Coalizão. Logo, o conflito aparentava ser liderado por duas potências opostas, com dificuldades de infligir danos diretos significativos uma à outra. O poder naval britânico impedia as ambições de Napoleão de invadir as Ilhas Britânicas ou de possuir ambições além da Europa continental e, de forma semelhante, o gênio militar do general francês, somado com a superioridade terrestre da França, impossibilitava que a Grã-Bretanha obtivesse sucesso em financiar as tropas aliadas no continente ou, eventualmente, enviar sua própria força expedicionária. (JAMES, 2013).

O avanço de Napoleão contra Portugal em novembro de 1807 e, posteriormente, contra a Espanha em 1808, abre caminho para o envolvimento terrestre da Grã-Bretanha na Europa continental. Todavia, uma força terrestre significativa para combater eficientemente a França Napoleônica levaria anos para ser preparada, com custos – econômicos e humanos – vastamente superiores em relação à manutenção de esquadras de guerra ou do auxílio financeiro prestado aos seus aliados<sup>4</sup> (ANDRESS, 2012; KENNEDY, 1991). Ainda assim, era necessário levar essa Abordagem Indireta ao meio terrestre no continente europeu.

A decisão do Governo Britânico de limitar as atividades de suas forças terrestres até que os resultados de ações realizadas em outros teatros de operações pela sua força naval produzissem os efeitos desejados e reconhecer que a derrota por terra do inimigo é “uma tarefa superior às suas forças”, limitando os objetivos de sua “política de guerra” (HART, 1982, p. 405) é utilizado por Liddell Hart como um exemplo de que a Abordagem

---

<sup>4</sup> Como notado por Paul Kennedy (1991), forças terrestre numerosas drenavam mais recursos humanos e demandavam mais tempo para sua consolidação do que uma esquadra de guerra.

Indireta gera frutos no longo prazo e não deve ser caracterizada como uma fraqueza política:

Tal maneira de agir encontra na História muito mais apoio do que até hoje admite a opinião militar e não deve ser considerada como política de fraqueza, como sugerem alguns apologistas do emprego da força. Ela foi muito utilizada pelo Império Britânico e diversas vezes serviu como boia de salvação para os aliados da Grã-Bretanha, proporcionando uma série de vantagens. Ainda que tenha sido aplicada inconscientemente (...). (HART, 1982, p. 405).

Apesar de defender a aproximação indireta como forma de desgaste do inimigo, o autor entende que a razão que justifica essa estratégia de objetivos limitados está na necessidade temporária de “se aguardar uma modificação no equilíbrio de forças existentes”, até que as sucessivas ações marginais de desgaste, “enseje uma ocasião favorável ao desencadeamento do golpe decisivo” (HART, 1982, p. 406). Assim, no contexto da Abordagem Indireta, seria necessário que o empregador dessa estratégia aplicasse eventualmente um golpe final, mais agressivo e direto contra o inimigo para impor sua vontade e o fim do conflito.

No caso britânico contra a França Napoleônica, logo ficaria claro que esse “golpe decisivo” teria que ser dado por meio de forças terrestres. As conquistas de Napoleão no continente geravam novas fontes de recursos que mantinham a máquina de guerra napoleônica em andamento, reduzindo o impacto do bloqueio naval britânico (PARET, 1986). Do mesmo modo, a perda de colônias e seus recursos era compensada pela própria produção agrícola da França e, novamente, pela expansão territorial na Europa. O impasse estratégico se agravava para a Grã-Bretanha conforme os desafios enfrentados passavam a incluir a manutenção das três principais potências militares do continente, a Prússia, a Áustria e a Rússia, na guerra. Estas nações, seja por derrotas militares ou por interesses próprios, frequentemente estavam dispostas a abandonar as Coalizões e alinhar-se com Napoleão. (BRUNN, 1963; KENNEDY, 1991).

A necessidade de alguma contribuição para auxiliar seus aliados, para além do âmbito financeiro, permeava as considerações do Governo Britânico desde o início das hostilidades. Dessa forma, mesmo detendo um exército antiquado, seria necessário o engajamento no continente.

Uma das primeiras tentativas da Grã-Bretanha de iniciar uma campanha continental ocorreu em 1799 na invasão da República Batava, atual Reino dos Países Baixos. Possibilitada pela superioridade naval de Londres, a invasão envolveu cerca de 27 mil soldados russos e 13 mil britânicos, uma força modesta em comparação aos franceses, atacando um aliado relativamente frágil de Paris. Entretanto, a França responderia ao desembarque e as forças anglo-russas seriam expulsas da região após menos de três meses de combates, demonstrando a inadequação da Grã-Bretanha no meio terrestre e a ausência de coordenação com tropas aliadas (SCHAMA, 1977).

Após a custosa campanha na Batávia, o Governo Britânico permaneceria por quase mais uma década com sua estratégia indireta focada no âmbito naval e anfíbio. Independentemente do fracasso de 1799, no período entre 1793 e 1806 os sinais de que a Grã-Bretanha estava se preparando para intervenções militares no continente era visível no crescimento de sua força terrestre. Em 1793 a infantaria do Exército Britânico possuía apenas um efetivo de 40 mil regulares, após uma década, em 1803, esse número atingia 126 mil e, em 1806, havia ultrapassado os 325 mil regulares. Ademais, a cavalaria seguia um ritmo semelhante: de 190 mil em 1795 para 260 mil em 1801 (SALAVRAKOS, 2017). Conforme o Exército crescia, a força destacada para a defesa imperial permanecia estável, deixando de representar a antiga parcela de cerca de um quarto desse efetivo como ocorria nos anos 1790 (HICKS, 2005).

Neste ponto é válido destacar novamente os vastos recursos financeiros disponíveis para que o Governo Britânico incrementasse não somente seu Exército, mas também tornasse a superioridade nos oceanos algo incontestável. No período entre os anos de 1793 a 1810, em que o Exército havia passado por uma reformulação, uma significativa expansão e estava envolvido na Guerra Peninsular, a Royal Navy apresentou um crescimento de 50% chegando a uma força mais de quatro vezes superior à marinha francesa em números de navios capitais (BRIGGS, 1999). Durante o conflito, a marinha mercante britânica havia praticamente dobrado em tonelagem e número de embarcações (SALAVRAKOS, 2017). Logo, embora a Grã-Bretanha possuísse fragilidade relativa no meio terrestre, expandia gradativamente suas capacidades.

Nesse contexto de gradual preparação de suas forças, o Governo Britânico encontra uma significativa oportunidade de desafiar Napoleão em terra: a Guerra Peninsular. Em outubro de 1807, o mais antigo aliado

britânico, após não aderir às demandas de Napoleão para se juntar ao Bloqueio Continental contra a Grã-Bretanha, é alvo de uma declaração de guerra por parte da França. A invasão francesa de Portugal no fim de 1807 – resultando na fuga para o Brasil da família real portuguesa auxiliada pela Royal Navy – seguida pela quebra da aliança entre a França e a Espanha em 1808, daria início ao conflito que permitiria à Grã-Bretanha estabelecer sua primeira base de operações no continente.

## **DA GUERRA PENINSULAR À BATALHA DE WATERLOO (1808-1815)**

Quando Napoleão decide pela invasão de Portugal, o Reino da Espanha havia se consolidado com um aliado tradicional da França<sup>5</sup>. Apesar disso, desde a derrota franco-espanhola na batalha naval de Trafalgar em 1805, a aliança com os franceses apresentava sinais de enfraquecimento. Desde esta batalha, a Espanha buscou oportunidades de se alinhar com uma eventual coalizão contra Napoleão (HINDLEY, 2010). As relações franco-espanholas passaram por novo desgaste em 1806 após a imposição francesa do Bloqueio Continental contra os britânicos, afetando o comércio anglo-espanhol (CROUZET, 1964). Nesse contexto, após sucessivas vitórias no leste europeu contra as três grandes potências continentais – o Império Austríaco, a Prússia e o Império Russo – Napoleão volta sua atenção para outros aliados ou simpatizantes dos britânicos, especialmente Portugal.

Por meio do Tratado de Fontainebleau de outubro de 1807, um plano de divisão do país ibérico é acordado com os espanhóis e rapidamente tropas francesas cruzam os Pirineus. Contudo, a presença militar francesa estimula o crescimento do descontentamento interno com o governo monárquico de Carlos IV, resultando em revoltas e na consequente abdicação de Carlos em favor de seu filho, Fernando VII. Detendo cerca de 100 mil soldados na Espanha, Napoleão recusa auxiliar Carlos IV e posteriormente a reconhecer Fernando VII como o novo rei. Com sua força militar, Napoleão obtém êxito ao pressionar Carlos e Fernando a ceder o trono ao seu irmão, José Bonaparte. Logo, o governo central espanhol passava para o controle indireto do imperador da França. Essa série de eventos levou ao surgimento de movimentos de resistência e, posteriormente, à Junta de Aranjuez como centro de coordenação do

---

<sup>5</sup> Aliança celebrada pelo Segundo Tratado de San Ildenfonso de 1796.

governo de resistência espanhol contra a ocupação francesa (COMMELAS, 2014; VELASCO, 1999).

Assim, em conformidade com a Abordagem Indireta, pode-se afirmar que a Grã-Bretanha encontrou um teatro da guerra em que sua força terrestre relativamente diminuta poderia ser decisiva para o esforço continental de seus aliados. A Península Ibérica seria a prioridade do Governo Britânico no âmbito terrestre até a expulsão das tropas francesas entre o fim de 1813 e o início de 1814, pois a região reunia características favoráveis ao britânicos. Primeiramente, a natureza geográfica da região, especialmente em Portugal, permitia o reforço ou evacuação utilizando a supremacia naval britânica e evitando derrotas significativas, em especial em áreas costeiras (HORWARD, 1978). Em adição, nesse teatro de guerra a Grã-Bretanha possuiria aliados locais que contribuiriam com tropas regulares e conhecimento regional, como no caso de Portugal, e contaria com apoio de forças da guerrilha espanhola, que praticavam a sua própria Abordagem Indireta ao agirem para o enfraquecimento das linhas francesas de suprimento (WITT, 2019). Por fim, tropas regulares da Espanha que serviam em outras regiões da Europa seriam transportadas pela Royal Navy para auxiliar no combate que se iniciava na península (ESDAILE, 2003).

Dessa forma, em agosto de 1808 um contingente de 15 mil militares britânicos desembarca em Portugal. No mês seguinte, após duas vitórias contra os franceses, o Exército Britânico totalizava 30 mil efetivos no país. Em dezembro do mesmo ano, 36 mil militares do Exército Britânico adentram a Espanha. Contudo, uma força francesa de 200 mil homens captura Madrid e rapidamente avança para as posições anglo-portuguesas. No início de 1809, enfrentando um inimigo vastamente superior, as forças britânicas na Espanha são totalmente evacuadas pela Royal Navy, evitando perdas humanas expressivas (CHAPPELL, 2004).

Os primeiros meses da presença britânica na Guerra Peninsular mostraram que a Grã-Bretanha enfrentaria uma campanha com desvantagem em números, sem uma “massa de força” ou “massa de manobra” significativa para buscar uma batalha decisiva no estilo de Napoleão (CHANDLER, 1973; JOMINI, 1992). Somente em 1810, ao adotar uma estratégia inicialmente defensiva, as tropas britânicas juntamente com forças portuguesas e espanholas, iniciaram uma série de vitórias contra a França. No fim de 1811, as forças da coalizão haviam expulsado novamente as forças francesas de Portugal e avançavam em direção



à Espanha. A marcha, seguida de vitórias significativas, teve de recuar para território português no fim de 1812 devido à deficiente linha de suprimentos exposta aos ataques franceses (CHAPPELL, 2004). Quanto mais distante da costa, cresciam as dificuldades do Exército Britânico.

Contudo, diferentemente do recuo em 1808, a posição britânica no fim de 1812 estava consideravelmente consolidada em Portugal. As confrontações que gradativamente desgastavam as forças francesas, seguindo os postulados do que Liddell Hart posteriormente classificaria como Abordagem Indireta, tornaram possível a retomada das operações no início de 1813. Avançando em direção ao norte da península, somente sob o comando do então Marquês de Wellington havia 54 mil soldados britânicos, além de aproximadamente 24 mil soldados portugueses e espanhóis (GATES, 2002). Liddell Hart (1967) reconhece a influência que a presença militar da Grã-Bretanha teve na resistência espanhola, seja em formações convencionais ou de guerrilha, contra os franceses. Entretanto, o papel britânico na própria Abordagem Indireta da Espanha é grandemente subestimado. A abordagem de Londres envolveu o fornecimento sistemático de apoio material e logístico, além de empregar as forças de guerrilha espanholas como suportes em diversos momentos ao longo dos embates regulares. Neste caso, pode-se afirmar que a Grã-Bretanha empregou forças regulares e irregulares ao longo do conflito na península, frequentemente coordenando tropas regulares e guerrilhas de seu aliado espanhol ao lado de suas forças contra a França (WITT, 2019).

Logo, em junho de 1813, cinco anos após o início do envolvimento britânico, ocorre o ponto de inflexão apontado por Liddell Hart (1967; 2002) em sua concepção de Abordagem Indireta. O “equilíbrio das forças” nesse teatro de guerra é alterado pela batalha travada nas proximidades da cidade basca de Vitoria-Gasteiz que resultou no sucesso decisivo da Grã-Bretanha e aliados ibéricos. Seguindo os preceitos gerais de Liddell Hart sobre a Abordagem Indireta (1967; 2002), entende-se que os sucessivos golpes indiretos deferidos contra as forças francesas desde 1808 gradativamente alteraram o equilíbrio das forças na Península, possibilitando aos britânicos o emprego do “golpe decisivo” da Guerra Peninsular.

Os encontros seguintes à Batalha de Vitoria em território espanhol representavam o recuo das tropas de Napoleão em direção à França. Em novembro do 1813, as tropas do Duque de Wellington venceram a primeira batalha em território francês. Os meses finais da Guerra Peninsular seriam caracterizados pelas forças superiores dos britânicos e aliados

contra as forças francesas, divididas e debilitadas. Contudo, o avanço das tropas britânicas não seria suficientemente vigoroso ao ponto de estarem presentes em Paris quando as demais forças da Sexta Coalizão – após severas batalhas no principal teatro da guerra – adentram a capital francesa em 31 de março de 1814 (GLOVER, 2001).

O avanço da Grã-Bretanha ao longo de 1813 foi auxiliado pela derrota francesa na campanha militar contra os russos em 1812, e, indiretamente, impediu que houvesse transferências significativas das tropas inimigas da Península Ibérica para o teatro de guerra no leste. A consolidação de uma posição favorável na Guerra Peninsular em 1812 e a derrota napoleônica contra a Rússia no final do mesmo ano, abriram caminho para a formação da Sexta Coalizão em março de 1813. Após cerca de duas décadas de guerra intermitente contra os franceses, duas frentes de batalha haviam se formado e avançavam para alterar o equilíbrio das Guerras Napoleônicas contra a França. Como mencionado, no início de 1814 tropas ibéricas e britânicas adentravam o flanco sul francês e ao leste de Paris, as tropas prussianas, austríacas, russas dentre outras, perseguiam uma *Grande Armée* em recuo (HALL, 1992).

Apesar de o “golpe final” da primeira derrota de Napoleão ter ocorrido por meio das tropas da Áustria, Prússia e Rússia, a Guerra Peninsular possuiu um peso significativo em sobrecarregar e desgastar as forças francesas. O objetivo do Governo Britânico ao intervir na península era manter Portugal como um aliado, estabelecer bases de operações navais e conseguir na Espanha mais um aliado no conflito (CROUZET, 1964). Logo, embora incluindo números expressivos do Exército Britânico, o envolvimento da Grã-Bretanha na região visava à manutenção de duas políticas tradicionais do país: a priorização da supremacia da Royal Navy e o alinhamento do maior número possível de nações contra a ameaça napoleônica, vista como desestabilizadora do equilíbrio europeu (KENNEDY, 1991).

Ainda que a Guerra Peninsular possuía aparente peso secundário, o efeito prático da crescente presença britânica em terra apoiando a resistência portuguesa e espanhola foi a necessidade da manutenção de numerosas tropas por parte da França para o controle desse território. No início do conflito peninsular, em maio de 1808, as tropas francesas na região totalizavam 165 mil militares, em fevereiro de 1809 esse número havia subido para quase 290 mil e em 1810 eram 325 mil. Em outubro de 1812, quando Napoleão realizava sua guerra contra a Rússia esse número

havia caído para 260 mil, no ano seguinte, às vésperas do encontro decisivo na Batalha de Vitoria, cerca de 200 mil soldados franceses ainda estavam envolvidos diretamente no conflito peninsular (CLODFELTER, 2017). Além dos números totais baseados ao longo da campanha, destaca-se que aproximadamente 300 mil soldados franceses pereceram apenas nesse teatro de guerra entre 1808 e 1814 (HORWARD, 1978), demonstrando os custos significativos de um conflito “secundário”. Comparativamente, número similar de militares britânicos do Exército e da Royal Navy pereceram durante as Guerras Revolucionárias e Napoleônicas (1793-1815) (WHITE, 2014). Com isso exposto, entende-se que a participação de Londres nesse teatro secundário ocorreu como uma forma da Abordagem Indireta que contribuiu para o enfraquecimento da França e para o avanço de seus aliados continentais e a primeira derrota francesa em 1814.

A primeira derrota de Napoleão em 1814 representou o fim de um grande esforço para todos os membros da Sexta Coalizão. A posterior tentativa do imperador francês durante o Governo dos Cem dias encontrou uma coalizão inimiga com recursos vastamente superiores e, no caso britânico, a disposição governamental para o rápido envio de uma força para defesa dos Países Baixos. As forças sob o comando do Duque de Wellington e do Marechal von Blücher, juntamente com outros aliados continentais, participariam da Batalha de Waterloo que resultaria na derrota final das ambições napoleônicas em junho de 1815 (CORNWELL, 2014).

Durante o conflito, a Grã-Bretanha havia desenvolvido uma força terrestre relevante e relativamente disciplinada, ainda que uma força menor que as presentes nas tradicionais potências continentais. Dessa forma, durante o Governo dos Cem Dias, a necessidade britânica de adotar uma estratégia indireta é inexistente, sendo a Abordagem Indireta substituída no âmbito da grande estratégia pela confrontação direta contra o principal exército napoleônico. Diferentemente do período de 1793 a 1812, o inimigo não possuía a superioridade no campo em que o confronto ocorreria. Em 1815, a tradicional superioridade terrestre da França foi rapidamente contida pela Sétima Coalizão, especialmente pelas tropas anglo-prussianas, em Waterloo (CORNWELL, 2014).

A Batalha de Waterloo colocaria fim a mais de 20 anos de guerra intermitente entre a Grã-Bretanha e a França. Durante as décadas seguintes, as forças que permitiram ao país manter-se como beligerante e financiador de sete coalizões contra os franceses, se tornariam ainda mais expressivas

(DARWIN, 2011; FERGUNSON, 2004). Livre dos constantes desafios por parte da França, a Grã-Bretanha adentraria o caminho para um século que ficaria conhecido pela sua hegemonia no sistema internacional, a *Pax Britannica*, mas a estratégia da Abordagem Indireta continuaria a ser empregada – ao menos no nível tático – nas guerras coloniais que expandiriam o Império Britânico (HART, 1967; 2002).

## CONCLUSÕES

A Grã-Bretanha manteve-se como a principal e perene oponente da França Revolucionária e Napoleônica, emergindo do conflito como a principal vencedora nos campos político, militar e econômico (CAIN; HOPKINS, 2016). A estratégia inicial britânica buscou o isolamento marítimo da França, a realização de operações militares anfíbias de pequena escala e a formação de coalizões com as demais potências, além de fornecer subsídios financeiros para a manutenção das forças continentais aliadas na guerra, o que pode ser caracterizado como uma forma de Abordagem Indireta ou, como defendido por Liddell Hart (1933), o “modo britânico de fazer a guerra” (*the British way of Warfare*).

Ademais, o Governo Britânico dedicou recursos para tornar o seu exército uma força adequada para, no momento oportuno, intervir na região com maior possibilidade de obtenção de sucesso. A Guerra Peninsular envolveu o Exército Britânico em uma campanha de seis anos, permeada inicialmente pela sua desvantagem perante a França Napoleônica. Contudo, conforme o comprometimento britânico se consolidava com a priorização da Península Ibérica como o principal teatro de operações do Exército e cooperava com forças portuguesas e espanholas, os objetivos estratégicos limitados da Grã-Bretanha estavam sendo cumpridos. Entre 1810 e 1811 as forças francesas são definitivamente derrotadas em Portugal, assegurando este como um aliado e permitindo o avanço britânico para a Espanha, sendo esta liberada das principais forças napoleônicas na segunda metade de 1813.

Como exposto, a Guerra Peninsular foi a fonte de divergência de um número significativo de valiosas tropas francesas, totalizando 290 mil em 1811, conseqüentemente, impossibilitadas de participarem da invasão francesa da Rússia (CLODFELTER, 2017). Além disso, o surgimento de políticas de terra arrasada e de guerrilhas, impondo uma nova lógica de conflito e uma ameaça direta para a estabilidade do governo da Espanha

Napoleônica, juntamente com a intervenção terrestre e o apoio financeiro e material dado pela Grã-Bretanha aos insurgentes, tornou os custos de controlar a península extremamente superiores aos benefícios. Em seus anos de exílio na Ilha de Santa Helena, ao refletir sobre sua trajetória, Napoleão apontou a Guerra Peninsular como o seu maior equívoco (HINDLEY, 2010), descrevendo traços característicos do que Liddell Hart posteriormente formalizaria como a Abordagem Indireta. Dentre os pontos destacados por Napoleão, a divisão das forças e a multiplicação de obrigações sem retornos adequados que afetavam a moral de seus exércitos estiveram presentes na Guerra Peninsular.

Sendo uma característica da Abordagem Indireta, as batalhas entre o Exército Britânico e o Francês entre 1808 e 1812 são relativamente modestas em escala quando comparadas aos enfrentamentos que ocorriam no principal teatro de operações, a Europa Central. A batalha que expulsou as forças napoleônicas de Portugal em maio de 1809 contou com aproximadamente 32 mil combatentes de ambos os lados, enquanto que a Batalha de Wagram no mesmo ano, que levou a capitulação da Áustria, contou com cerca de 290 mil. Outros exemplos da Europa Central e do Leste são as batalhas de Austerlitz (1805) com 160 mil, Friedland (1807) com 144 mil, Borodino (1812) com mais de 230 mil, Waterloo (1815) com cerca de 190 mil, dentre outras (CHANDLER, 1973; FLETCHER, 1994; RIEHN, 1990). Apesar disso, ao longo do conflito a presença francesa na península permaneceu significativa. Em períodos que a França lutou apenas contra a Grã-Bretanha e seus aliados ibéricos, como em 1809, o deslocamento de mais da metade de suas forças para a região (HINDLEY, 2010), retirava a ameaça imediata aos demais Estados que poderiam retornar ao conflito, como os impérios austríaco e russo, abrindo caminho para estes Estados iniciarem suas preparações para futuras confrontações.

A reunião por parte da Grã-Bretanha das capacidades terrestres necessárias para combater a França em um teatro em que sua contribuição, apesar de relativamente reduzida, poderia ser decisiva, representou a aplicação da Abordagem Indireta na condução da guerra. Conclui-se que a intervenção britânica na Guerra Peninsular pode ser caracterizada como parte de uma Abordagem Indireta no campo da grande estratégia, ou seja, na condução da guerra por parte de Londres, e não apenas no campo tático e no âmbito das operações espanholas que foram o enfoque de Liddell Hart ao analisar esse conflito. Logo, a Guerra Peninsular pode ser caracterizada como permeada pelo emprego da Abordagem Indireta tanto

no caso britânico quanto no caso espanhol. Com objetivos limitados, as operações nesse teatro auxiliaram diretamente na obtenção do resultado final esperado pela Grã-Bretanha: a derrota da França Napoleônica, a principal ameaça para a balança de poder na Europa e, conseqüentemente, para a segurança das Ilhas Britânicas.

Por fim, destaca-se que o caso da Guerra Peninsular, contribui para o entendimento da Abordagem Indireta como uma orientação estratégica para atores marcados pela limitação de recursos. Essa abordagem provê alternativas, maximizando a utilidade de recursos e explorando as fraquezas do inimigo, podendo ser entendida como uma estratégia de limitação de custos. Entretanto, assim como notado por Liddell Hart (1967), os atores que a empregam não necessariamente são aqueles com maior fraqueza relativa, mas aqueles que buscam limitar os riscos de suas decisões sem restringir suas contribuições no âmbito dos conflitos militares.

# THE INDIRECT APPROACH AS GRAND STRATEGY: GREAT BRITAIN IN THE PENINSULAR WAR (1808-1814)

## ABSTRACT

---

In 1793, Great Britain, the foremost European naval power, declared war on France, an adversary characterised by its land power. The current article explores the strategy employed by Great Britain during the years of conflict with Revolutionary and Napoleonic France with a focus on the Peninsular War (1808-1814). The main argument is that Great Britain's involvement in the Peninsular War can be used as one of the primary empirical examples of the Indirect Approach in the scope of grand strategy and not just in the tactical field, as well as identifying the Indirect Approach as preferential to States that have greater relative weakness in a given military field. Therefore, the present work diverges from the literature in highlighting that the involvement of Great Britain is central to identifying the Peninsular War as an indirect campaign. Thus, the conduct of war by a State with a relative weakness is analysed, arguing that the Indirect Approach can apply to the British case. Accordingly, this article will explore the British strategic approach, its intervention in the Iberian Peninsula, and the Peninsular War's relevance in defeating the Napoleonic Empire.

**Key-words:** Indirect Approach. Great Britain. Peninsular War. Napoleonic Wars.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Bevin. *Sun Tzu at Gettysburg*. New York: Norton, 2011.
- ANDRESS, David. *The Savage Storm: Britain on the Brink in the Age of Napoleon*. London: Little Brown. 1st edition, 2012.
- BRUNN, G. *The Balance of Power during the Wars, 1793-1814*. In: *The New Cambridge Modern History, ix, War and Peace in an Age of Upheaval, 1793-1830*. Cambridge, 1963.
- BRIGGS, Asa. *The Making of Modern England 1783–1867: The Age of Improvement*. London: Routledge. Second Edition. 1999.
- CAIN, P.J.; HOPKINS, A. G. *British Imperialism: 1688-2000*. London: Routledge; 3rd Edition. 2016.
- CHANDLER, David. *On the Napoleonic Wars*. London: Greenhill, 1994.
- CHANDLER, David G. *The Campaigns of Napoleon*. London: Scribner, 1973.
- CHANDLER, David. *Dictionary of the Napoleonic Wars: The Soldiers, Strategies, Armaments, Movements, and Battles that Shaped Events during Napoleon's Reign*. New York: Macmillan Publishing, 1979.
- CHANDLER, David. *Wellington at War: Regular and Irregular Warfare*. *The International History Review* 11, no. 1. 1989.
- CHAPMAN, Stanley. *The Rise of Merchant Banking*. London: Routledge; 1st Edition, 2010.
- CHAPPELL, Mike. *Wellington's Peninsula Regiments (2): The Light Infantry*. Oxford: Osprey Publishing, 2004.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. Martins Fontes. São Paulo, 1979.
- CLODFELTER, M. *Warfare and Armed Conflicts: A Statistical Encyclopedia of Casualty and Other Figures, 1492–2015*. (4th ed.). Jefferson, North Carolina: McFarland, 2017.
- COMELLAS, José Luis. *Historia de España Contemporánea*. Madrid: Ediciones Rialp, 2014.
- CONWAY, Stephen. *Britain, Ireland, and Continental Europe in the Eighteenth Century: Similarities, Connections, Identities*. London: Oxford University Press, 2011.



CORNWELL, Bernard. *Waterloo: The True Story of Four Days, Three Armies and Three Battles*. London: William Collins, 2014.

CROUZET, François. Wars, Blockade, and Economic Change in Europe, 1792-1815. *The Journal of Economic History*, Vol. 24, No. 4. Dec., 1964.

DANCHEV, Alexander. Liddell Hart and the Indirect Approach. *The Journal of Military History*, Vol. 63, No. 2 Apr. 1999, pp. 313-337.

DANCHEV, Alex. Liddell Hart and manoeuvre. *The RUSI Journal*, 143(6), 1998, pp. 33–35.

DARWIN, John. *The Empire Project: The Rise and Fall of the British World-System, 1830-1970*. Cambridge University Press; Ed. Reprint. 2011.

ELTING, John R. *Swords around a Throne*. Boston: Da Capo Press, 1997.

ESDAILE, Charles. *The Peninsular War: A New History*. London: Penguin; 2nd Edition, 2003.

FERGUSON, Niall. *Empire: The Rise and Demise of the British World Order and the Lessons for Global Power*. New York: Basic Books. 2004.

FLETCHER, Ian. *Wellington's Regiments: The Men and Their Battles from Roliça to Waterloo, 1808-1815*. Spellmount, 1994.

FORTMANN, Michel; PAUL, T.V.; WIRTZ, James. (ed). *Balance of Power: Theory and Practice in the 21st Century*. Stanford University Press, 1st Edition. 2004.

FREEDMAN, Lawrence. *Strategy: a history*. Oxford University Press, Oxford, 2013.

FULLER, John F.C.: *A conduta da guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

FULLER, John F.C., *Watchwords*. London: Skeffington & Son, 1944. pp 82–85.

GATES, David. *The Spanish Ulcer: A History of the Peninsular War*. London: Pimlico, 2002.

GLOVER, Michael. *The Peninsular War 1807-1814: A Concise Military History*. (Penguin Classic Military History S.). London: Penguin Classics. New Edition, 2001.

HAGELKVIST, Alexander. *Theories of Warfare: French Operations in Indo-China*. Écoles de Saint-Cyr Coëtquidan, CREC (Centre de Recherche des Écoles de Coëtquidan), 2015.

HALL, Christopher D. *British Strategy in the Napoleonic War, 1803-15*. Manchester: Manchester University Press, 1992.

HART, Basil H. Liddell. *As grandes guerras da História*. São Paulo, IBASA, 1982.

HART, Basil H. Liddell. *Estratégia: uma abordagem indireta*. Lisboa: Tinta da China, 2011.

HART, Basil H. Liddell. *Strategy: The Indirect Approach*. London: Faber, 1967.

HART, Basil H. Liddell. *The British Way in Warfare*. NY: Macmillan, 1933.

HART, Basil H. Liddell. *The Way to Win Wars*. London: Faber & Faber, 1942.

HEILBRUNN, Otto. *Conventional Warfare in the Nuclear Age*. New York: Praeger, 1965.

HICKS, Peter. *British Strategic Foreign Policy, 1806-1815*. In *Accueil: A History of two empires*. Disponível em: <<https://www.napoleon.org/en/history-of-the-two-empires/articles/british-strategic-foreign-policy-1806-1815/>> Acesso em 10 mar. 2021.

HINDLEY, Meredith. *The Spanish Ulcer: Napoleon, Britain, and the Siege of Cádiz*. *Humanities Magazine*, January/February, Volume 31, Number 1, 2010.

HORWARD, Donald D. *British Seapower and Its Influence upon the Peninsular War (1808—1814)*. *Naval War College Review*, vol. 31, no. 2, 1978, pp. 54–71.

JAMES, Lawrence. *The Rise and Fall of the British Empire*. 2nd Ed. London: Abacus, 2013

JOMINI, Antoine Henri de. *The Art of War*. London; Greenhill Books, 1992.  
KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of the British Naval Mastery*. Fontana Press. 3rd. Ed. London, 1991.

KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict From 1500-2000*. London: Unwin Hyman Limited, 1987.

KISSINGER, Henry A. *Limited War: Conventional or Nuclear? A Reappraisal*. *Daedalus*, vol. 89, no. 4, 1960, pp. 800–817.

KNIGHT, Roger. *Britain against Napoleon: The Organization of Victory, 1793–1815*. Penguin. 1st Ed. 2013.

LEONHARD, Robert R. *The art of maneuver-warfare theory and airland battle*. Presidio Press, CA, 1991.

MARTÍNEZ DE VELASCO, Ángel. *Historia de España: La España de Fernando VII*. Barcelona: Espasa. 1999.

MCCRANIE, K. D. *Britain's Royal Navy and the Defeat of Napoleon*. In *Napoleon and the Operational Art of War*. Leiden, The Netherlands: Brill. 2016.

MEILINGER, Phillip. Basil H. Liddell Hart: His Applicability to Modern War. *Air Power Review*. Volume 20 Number 3, 2017.

PAGE, Anthony. *Britain and the Seventy Years War, 1744-1815: Enlightenment, Revolution and Empire*. Pelgrave: London, 2015.

PARET, Peter (editor): *Makers of Modern Strategy. From Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

RIEHN, Richard K. *1812: Napoleon's Russian campaign*. McGraw-Hill, 1990.

SALAVRAKOS, Ioannis-Dionysios. *A Reassessment of the British and Allied Economic and Military Mobilization in the Revolutionary and Napoleonic Wars (1792-1815)*. *Res Militaris*, vol.7, n°1, Winter-Spring/Hiver-Printemps 2017.

SCHAMA, Simon. *Patriots and Liberators. Revolution in the Netherlands 1780-1813*. New York, Vintage books, 1977.

SHERWIG, John M. *Guineas and Gunpowder British Foreign Aid in the War with France, 1793–1815*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1969.

SUN-ZI. *El arte de la guerra*. Edición de Fernando Puell. Madrid: Biblioteca Nueva, 2001.

WATSON, J. Steven. *The Reign of George III 1760–1815*. Oxford: Oxford University Press. 1960. p 374–77.

WITT, Kendall L. *Like a Slow, Gradual Fire: Spain's Irregular War in British Strategic Planning During the Peninsular War, 1808-1814*. University Of Charleston, South Carolina, 2019.

Recebido em: 06/08/2021

Aceito em: 12/04/2022